

Revista  
Latino-americana de

# Geografia e Gênero

Volume 11, número 2 (2020)  
ISSN: 2177-2886

Artigo

## Pobres, Pretos/as, Periféricos/as, Jovens e em Escolarização: A Constituição dos Sujeitos da 18ª Parada da Cidadania LGBT de Campo Grande/MS<sup>1</sup>

*Pobres, Negros, Periféricos, Jóvenes y en la  
Escolaridad: La Constitución de los Sujetos del XVIII  
Marcha de Ciudadanía LGBT en Campo Grande/MS*

*Poor, Black, Peripheral and School Youngsters: The  
Constitution of the Subjects of the 18th LGBT  
Citizenship Parade in Campo Grande/MS*

**Guilherme R. Passamani**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul –  
Brasil  
guilherme.passamani@ufms.br

**Alexandre Meira de Vasconcelos**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul –  
Brasil  
alexandre.meira@ufms.br

**Marcelo Victor da Rosa**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul –  
Brasil  
marcelo.rosa@ufms.br

**Renato Porfirio Ishii**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul –  
Brasil  
renato@facom.ufms.br

Como citar este artigo:

PASSAMANI, Guilherme R.; VASCONCELOS,  
Alexandre Meira de; ROSA, Marcelo V. da; ISHII,  
Renato P. Pobres, Pretos/as, Periféricos/as, Jovens e  
em Escolarização: A Constituição dos Sujeitos da 18ª  
Parada da Cidadania LGBT de Campo Grande/MS.  
**Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**,  
v. 11, n. 2, p. 57 - 81, 2020. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

# Pobres, Pretos/as, Periféricos/as, Jovens e em Escolarização: A Constituição dos Sujeitos da 18ª Parada da Cidadania LGBT de Campo Grande/MS

*Pobres, Negros, Periféricos, Jóvenes y en la Escolaridad: La Constitución de los Sujetos del XVIII Marcha de Ciudadanía LGBT en Campo Grande/MS*

*Poor, Black, Peripheral and School Youngsters: The Constitution of the Subjects of the 18th LGBT Citizenship Parade in Campo Grande/MS*

## Resumo

Essa pesquisa, de cunho quantitativo e qualitativo, investiga o perfil sociológico de participantes da 18ª Parada da Cidadania LGBT de Campo Grande/MS. Foram entrevistadas 303 pessoas que responderam um formulário de perguntas abertas e fechadas durante o evento em 2019. O mapeamento dos dados aponta maior presença de homens gays e pessoas bissexuais; prevalência de jovens; pessoas pretas e pardas; pessoas em processo de escolarização ou escolarizadas; residentes em diferentes periferias da cidade. Os dados produzidos nos ajudam a refletir sobre esse novo sujeito político que ganha as ruas nos anos de 2000 e essas categorias, quando articuladas, podem revelar a potência da Parada da Cidadania LGBT para a proposição de políticas públicas, além de estratégia de resistência, ação política e, inclusive, festa popular.

Palavras-Chave: Parada da Cidadania; LGBT; Campo Grande; Políticas Públicas.

## Resumen

Esta investigación cuantitativa y cualitativa investiga el perfil sociológico de los participantes en el 18º Marcha de Ciudadanía LGBT en Campo Grande/MS. Se entrevistaron a 303 personas que respondieron un formulario de preguntas abiertas y cerradas durante el evento realizado en 2019. El mapeo de los datos apunta a una mayor presencia de hombres gays y bisexuales al evento; prevalencia de jóvenes; gente negra y morena; personas en proceso de escolarización o ya escolarizadas; residentes en diferentes periferias de la ciudad. Los datos producidos nos ayudan a reflexionar sobre este nuevo agente político que salió y ganó las calles a inicios de la década del 2000, y observar que estas categorías, al articularse, pueden revelar el poder real del Marcha de Ciudadanía LGBT en la propuesta de políticas públicas, yendo más allá de ser una estrategia de resistencia, una acción política o incluso una fiesta popular.

## Abstract

This is a qualitative and quantitative study that analyzed the sociological profile of the participants of the 18th LGBT Citizenship Events in Campo Grande-MS. Altogether, 303 people were interviewed during the event in 2019 answering a questionnaire that included open and close questions. The data mapping pointed out a bigger attendance of gay men and bisexual people; prevalence of youngsters; black and grayish-brown people; some were school

**Guilherme R. Passamani, Alexandre Meira de Vasconcelos,  
Marcelo Víctor da Rosa, Renato Porfirio Ishiiz**



students others had finished their education; residents of different suburbs of the city. The data analyzed helped us to think about this new political being that gained the streets in the 2000s, and that when these categories are well-articulated, they might reveal the the strength of the LGBT Citizenship Event to propose public policies as well as strategical opposition, political action and even a popular festival.

Keywords: Citizenship Event; LGBT; Campo Grande; Public Policies.

### **Introdução**

A 18ª Parada da Cidadania LGBT de Campo Grande ocorreu no dia 28 de setembro de 2019, um sábado, com concentração na Praça do Rádio Clube, na região central da cidade. A realização do evento ficou a cargo da Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (ATMS). No ano de 2019, o tema escolhido para a Parada foi “LGBTfobia é crime sim”, repercutindo a decisão do Supremo Tribunal Federal de 13 de junho de 2019 sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26, de autoria do Partido Popular Socialista, e com relatoria do ministro Celso de Mello; e sobre o Mandado de Injunção (MI) 4733, de autoria da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Pessoas Intersexo (ABGLT), com relatoria do ministro Edson Fachin. Ambos processos discutem se havia omissão do Congresso Nacional em não editar lei que criminalizasse a LGBTfobia. O objetivo dos pleitos, então, era a equiparação da LGBTfobia ao crime de racismo, nos termos da lei 7716/89, que, até então, previa crimes de discriminação ou preconceito por "raça, cor, etnia, religião e procedência nacional"<sup>2</sup>.

A 18ª Parada da Cidadania LGBT de Campo Grande, em 2019, foi realizada com apoio da Prefeitura Municipal de Campo Grande, da Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais (SEGOV), da Subsecretaria de Defesa dos Direitos Humanos (SDHU), da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas LGBT, da Secretaria Municipal de Saúde Pública (SESAU), do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica (SEGOV), da Subsecretaria Estadual Especial de Cidadania (SECID), da Fundação da Cultura de Mato Grosso do Sul e da Subsecretaria Estadual de Políticas Públicas LGBT. Além disso, foram parceiros do evento o Movimento de Estudo de Sexualidade, Cultura, Liberdade e Ativismo de Mato Grosso do Sul (MESCLA/MS), o Instituto Brasileiro de Transmasculinidade - Mato Grosso do Sul (IBRAT/MS), a Casa Satine, o Fórum LGBT/MS, o Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável Centro Oeste (IBISS/CO), a Defensoria Pública de Mato Grosso do

---

1 Conforme determinação da UFMS, informa-se que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

2 Para maiores detalhes, ver em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=403689>. Acesso em 15 de abril de 2020. .

Sul e o Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública Estadual, entre outros, além de patrocínios variados<sup>3</sup>.

Nesse sentido, o Núcleo de Estudos Néstor Perlongher – Cidade, Geração e Sexualidade (NENP/UFMS), no âmbito do projeto de pesquisa “Entre sujeitos e lugares: o olhar da Antropologia Urbana sobre a noite de Campo Grande”, reuniu um grupo interdisciplinar de pesquisadores para pensar estratégias de fazer uma primeira aproximação/intervenção na Parada de 2019 no propósito, primeiro, de conhecer as pessoas que participam do evento; depois, de aprofundar alguns temas que são recorrentes em outras pesquisas do mesmo tipo, realizadas em outros lugares do Brasil. Assim, o formulário de perguntas que foi elaborado seguiu o modelo utilizado por Carrara (2006) na pesquisa da “9ª Parada do Orgulho LGBT São Paulo 2005”, publicado no livro “Política, Direitos, Violência e Homossexualidade. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho LGBT São Paulo 2005”, coordenado por Sergio Carrara (2006). Fizemos algumas adaptações pontuais, levando em consideração o contexto de Campo Grande/MS, bem como efetuamos uma atualização temporal de alguns termos utilizados. A equipe de aplicação da pesquisa contou com quinze pessoas, entre professores/as, técnicos/as administrativos/as e acadêmicos/as de diferentes cursos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

O chamado “moderno movimento homossexual” se organiza a partir de uma parada, uma marcha na cidade de Nova Iorque, no bairro do *Greenwich Village*, após dias de batalha entre a polícia da cidade e pessoas LGBT auxiliadas por sujeitos de outros segmentos sociais. O elemento disparador do ocorrido foi uma desobediência dos proprietários do *Stonewall Inn*, um “bar gay” da região, em vender bebidas alcoólicas depois de certo horário, em plena Lei Seca. Havia acordos subterrâneos entre os bares da região e a polícia corrupta no intuito de burlar a lei. Ocorre que naqueles dias de junho de 1969, havia uma frequência muito grande de pessoas no entorno do bar, em vista do sepultamento de Judy Garland, ícone gay da época, recentemente, falecida na Inglaterra. A comoção, o aglomerado de pessoas, a visibilidade massiva do desrespeito à lei e, há quem diga, a negativa em pagar a propina teria gerado uma ação violenta e prisões em massa por parte da polícia. As pessoas LGBT naquele dia não aceitaram a truculência passivamente e revidaram. Travestis e mulheres trans negras foram as primeiras a começar o movimento. Isso durou três dias e contou com muitos/as simpatizantes como parceiros/as. A polícia foi expulsa ao final do terceiro dia aos gritos de “*Gay Power! Gay Power!*”! *Gay Power!*” emitidos por uma multidão que caminhava pelas ruas do bairro. Tal evento ficou conhecido como Batalha de *Stonewall*, ou Rebelião de *Stonewall* e, desde então, marchas pelas ruas, no dia 28 de junho, dia do final do acontecimento, lembram o ocorrido e chamam a atenção para a violência, a discriminação e a vulnerabilidade no que diz respeito aos direitos da população LGBT (FACCHINI, 2005; BAZÁN, 2006; PASSAMANI, 2009).

Portanto, as marchas, ou paradas, são marcadas por muita ação política reivindicatória, por reclamação de direitos e pela necessidade de uma existência digna a partir das diferenças e particularidades da população LGBT.

3 Para maiores detalhes, ver <https://www.agorams.com.br/comunidade-promove-a-18a-parada-da-cidadania-lgbt-e-show-da-diversidade-neste-dia-28/>. Acesso em 15 de abril de 2020.

No entanto, também são marcadas por um momento de festa e comemoração. Festa e comemoração de uma população que, apesar de todos os reveses e ausências, resiste e se faz, cada vez mais, visível nos diferentes âmbitos da vida social. A Parada da Cidadania LGBT de Campo Grande não é diferente. Ela contempla estas duas dimensões: a ação política reivindicatória e a festa. No ano de 2019 reuniu, segundo os organizadores, 30 mil pessoas nas ruas de Campo Grande. Isso é bastante significativo, pois, segundo Joseli Maria Silva, “o espaço é também compreendido aqui como imbricado nas performances vivenciadas cotidianamente” (2010, p. 41).

Assim, ocupar espaços centrais, sendo sujeitos com práticas e vivências tidas como “marginais” pode ser compreendido como parte de conquistas em direção à visibilidade. Em vista disso, é preciso dizer que, a partir dos dados que produzimos, 96% das pessoas entrevistadas são de Mato Grosso do Sul e 91% são da capital do estado. Nesse sentido, a nossa pesquisa se apresenta como um instrumento para um primeiro olhar sobre os sujeitos que deram corpo a esta multidão que ocupou as ruas da capital de Mato Grosso do Sul.

Foram entrevistadas 303 pessoas a esmo durante a concentração e marcha da parada, com 15 entrevistadores espalhados ao longo do percurso para diminuir vieses relacionados à concentração de grupos sociais e garantir o máximo de representatividade da população. Optou-se pela amostra por conveniência porque os entrevistados estavam concentrados em um evento que ocorre uma única vez ao ano e seria impossível, *a priori*, selecionar e estratificar os grupos sociais presentes no evento. Dessa forma, seria inviável ter uma amostra randomizada em função da característica do evento, com participação por adesão, e sem previsibilidade de um “perfil” de público. A eventual ampliação do tamanho amostral também não corrigiria o efeito dos vieses característicos desse tipo de amostragem e, por isso, o número de respondentes foi considerado suficiente para fornecer uma visão geral e resultados exploratórios dos/as participantes.

A amostra resultou em indivíduos com perfis sociológicos variados, como será visto adiante. Isso foi importante para conseguir mapear o conjunto de diferenças que deu corpo ao evento. Para este artigo, dentre as várias questões que constam no formulário de perguntas, vamos investigar o perfil sociológico das pessoas que responderam a pesquisa, no sentido de conhecer o público participante da 18ª Parada da Cidadania LGBT de Campo Grande. Assim, olharemos com mais atenção para os grupos de respostas que aproximam as seguintes categorias de articulação: orientação sexual, identidade de gênero, geração, cor/raça, escolarização, classe e região de moradia. A análise dos dados será feita por meio de métodos qualitativos e quantitativos.

Na perspectiva quantitativa, a estatística descritiva tem a função de sumarizar os resultados. As variáveis quantitativas são descritas por meio de tabelas e gráficos, com informações sobre proporções, percentuais, centralidade e variabilidade dos dados (AGRESTI e FINLAY, 2012). Na perspectiva qualitativa, os dados e as relações possíveis serão analisados à luz da teoria social. Com isso, analisaremos a constituição dos sujeitos LGBT, relacionando os saberes obtidos em nosso formulário com as relações de poder no momento em que cruzamos as categorias analíticas em destaque.

**Guilherme R. Passamani, Alexandre Meira de Vasconcelos,  
Marcelo Victor da Rosa, Renato Porfirio Ishii**



### Orientação Sexual e Identidade de Gênero a Partir de Autodeclaração

Uma das primeiras questões apresentadas era, justamente, como os sujeitos se autodeclaravam. Em nossa visão, não seria oportuno que estabelecêssemos a identidade das pessoas com as quais começávamos a travar a interlocução. Até porque, partilhamos da compreensão de que a identidade é processual, e o sujeito constrói um entendimento sobre si próprio a partir de múltiplas influências (Brah, 2006). Assim, apresentamos um número vasto de categorias, que aparecem na literatura da área (FRY, 1982; GREEN, 2000), bem como bastante comuns no cotidiano de pessoas LGBT, para que elas escolhessem aquelas que mais se identificassem. Na Tabela 1 temos um primeiro parâmetro para pensarmos sobre o público presente ao evento.

Tabela 1 - Público da 18ª Parada da Cidadania LGBT por categoria

Autodeclaração	Frequência	%
bissexual	74	24,4%
gay	67	22,1%
heterossexual	59	19,5%
lésbica	49	16,2%
transexual	17	5,6%
homossexual	11	3,6%
pansexual	10	3,3%
travesti	6	2,0%
ns/nr	2	0,7%
bicha	1	0,3%
indefinida	1	0,3%
não-binária	1	0,3%
nenhum	1	0,3%
outro	1	0,3%
<i>queer</i>	1	0,3%
tudo	1	0,3%
viado	1	0,3%
Total	303	100,0%

A partir dos percentuais apresentados, chama a atenção a participação de um quantitativo significativo de pessoas que se identificavam como heterossexuais (19,5%), geralmente junto com amigos/as, colegas, ou familiares, em uma possível demonstração de solidariedade às reivindicações da população LGBT. Outro resultado também foi muito relevante: a grande presença de pessoas que se identificaram como bissexuais (24,4%). Em números percentuais, é a categoria de maior presença. Isso é bastante interessante, porque no âmbito do movimento LGBT, ou mesmo no seio da

Guilherme R. Passamani, Alexandre Meira de Vasconcelos,  
Marcelo Victor da Rosa, Renato Porfirio Ishii

população LGBT, há quase que um consenso sobre a invisibilidade da categoria bissexual. Segundo alguns teóricos, a bissexualidade é alvo de certa desconfiança e as acusações de “não existência”, de ser uma “fase de dúvida” e “confusão”, porque, justamente, borraria a dicotomia hetero/homo, alguns dos binarismos que organizariam a norma social (MORROW, 2006; FACCHINI, 2011; SEFFNER, 2016).

Ainda é passível de destaque a presença de 16,2% de mulheres que se consideram lésbicas, um percentual igualmente alto. Como esperado, há uma presença significativa de homens gays (22,1%), que, se somados a outras variações que se referem a homens com condutas homossexuais (homossexuais, bicha e viado), chega-se a um percentual de 26,3%, ou seja, mais de um quarto da Parada era constituído por esse segmento.

Chama a atenção o número bastante baixo de respondentes que se identificam como travestis e transexuais, apenas 7,6%. Muitas questões poderiam ser problematizadas aqui. Há uma visibilidade midiática bastante grande de travestis, transexuais ou *drag queens* nas matérias que são feitas sobre as Paradas. Tais eventos, são momentos em que estes sujeitos são mais visíveis. No entanto, por razões diversas, talvez, não se sintam confortáveis em responder um formulário de perguntas não exatamente curto, com um tempo médio de 10 minutos, pois poderiam estar envolvidas com “os shows e holofotes”, conforme nos disse uma travesti que se negou a nos responder a pesquisa.

Há um dado interessante, 82,2% dos/as participantes entrevistados/as se autodenominaram nas categorias bissexual, gay, heterossexual e lésbica. Todas elas associadas à cisnormatividade (SILVA, SOUZA e BEZERRA, 2019). Mesmo no seio da população LGBT, ainda há uma presença massiva de pessoas cis. Isso pode nos levar a refletir sobre algumas questões: qual lugar transexuais e travestis ocupam na sociedade? Qual lugar transexuais e travestis ocupam no movimento LGBT? Onde estão transexuais e travestis? (JESUS e ALVES, 2012; CARVALHO e CARRARA, 2013).

As pessoas cis, ainda que não se identifiquem como heterossexuais, conseguem, potencialmente, de forma menos complicada, passar por heterossexuais e garantir um trânsito mais tranquilo pelo espaço público, claramente, LGBTfóbico<sup>4</sup>. As geografias feministas e as geografias das sexualidades oferecem contribuições importantes para uma reflexão sobre estes temas. Silva (2010), por exemplo, nos mostra como o espaço é parte da composição do gênero e de quanto a norma, que é generificada e sexualizada, tenta controlar sujeitos, práticas e performances.

Linda McDowell (1999) compreende o corpo como um lugar. E este lugar, o corpo, constitui a localização do sujeito, bem como testemunha os seus limites em relação a outros espaços (corpos de outros sujeitos) com os quais está em constante interação em diferentes espaços geográficos, que são também políticos. Assim, os corpos/espaços de transexuais e travestis podem se sentir desconfortáveis ou hostilizados quando em trânsito pelo espaço público, um lugar constituído/marcado pela heteronorma. Se tratarmos, especificamente, das pessoas travestis, poderíamos dizer que quase nunca

4 Para uma reflexão acerca do “passar por”, ver Tiago Duque (2013).



ocorre. Norma Licciardi, Gabriel Waitmann, e Matheus Henrique Marques de Oliveira (2015) sinalizam a este respeito ao refletirem sobre a discriminação de transexuais e travestis no mercado de trabalho. Portanto, quem sabe também por isso, porque o espaço público não é seguro para transexuais e travestis, mesmo durante o dia, essas pessoas não apareçam com presença significativa nos números da parada. Se tratarmos de violência também, justamente transexuais e travestis são as categorias mais atingidas de forma letal, o que faz com que sua expectativa de vida seja muito baixa (CARRARA e VIANA, 2006; JESUS, 2013).

### **Geração e a Busca pela Juventude como Valor**

As pessoas que compõem a amostra selecionada têm entre 18 e 79 anos, porém 60% são jovens com até 24 anos e 62% já participaram mais de uma vez do evento (Tabela 2). Cerca de 47% declararam que as motivações para participar da parada são “para que as pessoas LGBTQI+ tenham mais direitos”, o que fortalece a luta política. Já para 26% a motivação consiste em “por curiosidade/diversão” o que fortalece a ideia de festa. Esses dados evidenciam o que já mencionamos anteriormente, a respeito da história das paradas.

Tabela 2 – Faixa etária dos/as respondentes e participação

Faixa etária	Participação na Parada do ano anterior?			Total	%
	Sim	Não	NS/NR		
15-24	100	74	7	181	59,8%
25-34	55	22		77	25,4%
35-44	17	6		23	7,6%
45-54	9	1		10	3,3%
55-64	6			6	2,0%
65-74	1			1	0,3%
75-85		1		1	0,3%
NS/NR	1	3		4	1,3%
Total Geral	189	107	7	303	100,0%
%	62,4%	35,3%	2,3%	100%	%

Esses primeiros dados nos mostram como o espaço público é mais convidativo às pessoas mais jovens. Isso, de maneira geral, mesmo não levando em consideração as questões referentes à orientação sexual e à identidade de gênero. Os estudos sobre curso da vida, envelhecimento e geração mostram como há uma ideia generalizada de que, ao longo da vida, majoritariamente, vai ocorrendo uma diminuição de participação das pessoas mais velhas nas ruas e nos eventos públicos (BASSIT, 2000; DEBERT, 2004; BRIGEIRO, 2000). A maior frequência de jovens, nesse sentido, está em

**Guilherme R. Passamani, Alexandre Meira de Vasconcelos,  
Marcelo Victor da Rosa, Renato Porfirio Ishii**



concordância com tais estudos. Entre as motivações para tal resultado, podemos destacar certo sentimento de não inserção entre os grupos mais jovens e isolamento, mesmo diante dos/as “iguais”, além de dificuldade de acompanhamento de um suposto “ritmo” mais “acelerado” dos/as mais jovens (SIMÕES, 2004; HENNING, 2014; PASSAMANI, 2018).

Como dissemos, esta não é uma particularidade das pessoas LGBT. As ruas da cidade costumam ser pouco frequentadas por pessoas mais velhas, pois, como defendem as geografias feministas, os espaços e lugares são partes fundamentais na constituição da posicionalidade dos sujeitos e são orientados política e ideologicamente, inclusive, em termos geracionais (PRZYBYSZ e SILVA, 2019). Elas, as pessoas mais velhas, geralmente, estão pelas praças durante as manhãs ou são vistas em alguns momentos específicos do mês, como os dias de pagamento. São circulações pontuais para questões objetivas (BRIGEIRO, 2000). O espaço público, inclusive, é pouco ou nada acessível às pessoas mais velhas. Os equipamentos de entretenimento e lazer, em grande medida, são pensados para receber a população mais jovem. À maturidade e velhice teria sido convencionalizado socialmente uma alocação no âmbito privado, inclusive quando se pensa, de forma mais geral, em entretenimento e lazer (GAMBAROTTO, 2013).

Quando o foco é a população LGBT, conforme mostram os dados referentes ao público da 18ª Parada da Cidadania LGBT de Campo Grande, isso fica bastante evidente. Com um agravante, a “cena” LGBT é bastante “jovem” e, quem sabe, excludente em relação às pessoas mais velhas. “Cacura”, “coroa”, “tiozão” e “bicha velha” são termos bastante recorrentes no “meio”, inclusive, para se referir a pessoas já ao redor dos 40 anos (SIMÕES, 2004; HENNING, 2014; POCAHY, 2017; PAIVA, 2011). O ritmo acelerado, de que algumas pessoas mais velhas reclamam em relação aos jovens, se aplica, também, a uma aceleração dos diferentes momentos do curso da vida.

A ideia de juventude como status, como valor, está altamente presente nesse segmento da população, que é, por vezes, implacável com as pessoas que já começam a apresentar alguns “sinais da idade” (DEBERT, 2010). Assim, é razoável que as pessoas mais velhas, no sentido de se preservar de algum tipo de exclusão e discriminação, mesmo entre os/as “seus/suas”, optem pela não participação no evento. Não porque não achem o movimento importante, necessário ou interessante, mas porque podem não ser acolhidos/as, uma vez que o marcador da diferença geração é altamente valorizado, inclusive, no campo erótico por boa parte deste público. Ainda que juventude não seja um determinante como tensor libidinal (os *sugar daddies* estão em crescente, por exemplo), ela é bastante potente (PAIVA, 2011; HENNING, 2014).

### **Rupturas e Permanências a partir da Visibilidade de Cor/Raça**

Um ponto importante da pesquisa foi referente às questões que envolvem cor/raça das pessoas entrevistadas. Nossa abordagem destacou dois momentos para estas respostas. O primeiro deles dizia respeito a como as pessoas se classificavam. Como era uma pergunta aberta, dispomos abaixo todas as variações apresentadas pelos/as respondentes na Tabela 3.

**Guilherme R. Passamani, Alexandre Meira de Vasconcelos,  
Marcelo Victor da Rosa, Renato Porfirio Ishii**



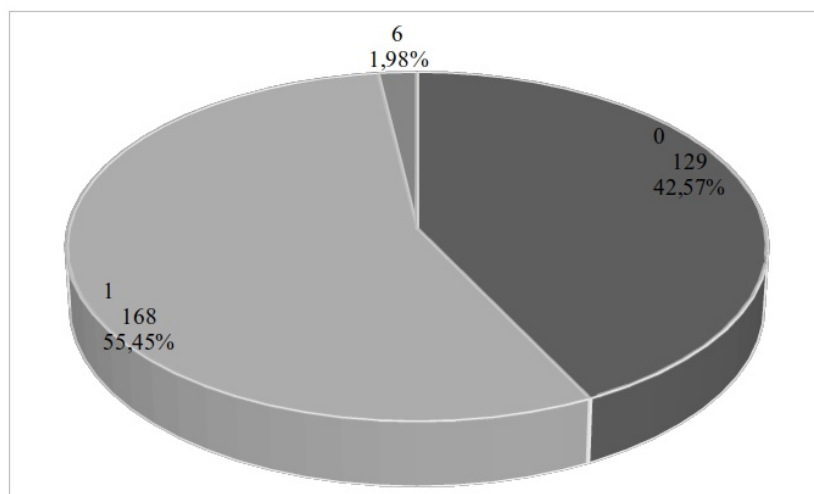
**Pobres, Pretos/as, Periféricos/as, Jovens e em Escolarização: A Constituição dos Sujeitos da 18ª Parada da Cidadania LGBT de Campo Grande/MS**

Tabela 3 - Cor autodeclarada

Cor autodeclarada	Frequência	%
branca	127	41,9%
parda	94	31,0%
negra	38	12,5%
preta	14	4,6%
amarela	8	2,6%
NS/NR	6	2,0%
morena	5	1,7%
indígena	2	0,7%
branca (alemão)	1	0,3%
branca/latino/miscigenado brasileiro	1	0,3%
bugre	1	0,3%
mestiça	1	0,3%
morena clara	1	0,3%
morena parda	1	0,3%
mulato	1	0,3%
não branca	1	0,3%
negra (japonês)	1	0,3%
<b>Total geral</b>	<b>303</b>	<b>100,0%</b>

Esse resultado é bastante significativo. Ele mostra que há uma participação de 55,5% de pessoas que se consideram não brancas. O percentual de pessoas que se declara branca é de 42,5%. Dentro da genérica categoria “não branca” há muita variação, com presença majoritária e significativa da resposta “parda” e “negra”. O que os dados mostram é que a parada é, na sua maioria, composta por pessoas que não se consideram brancas. Esse dado pode ser comprovado a olho nu também. No entanto, àquelas/es que se consideram brancas também mostram presença significativa no evento, deflagrando quase uma polarização. Inclusive, como categoria isolada, as pessoas que se dizem brancas são a maioria dos respondentes. Esse cenário muda, apenas, quando as categorias são agrupadas. O gráfico abaixo ilustra a divisão genérica das pessoas que estavam na Parada e responderam à nossa pesquisa.

Gráfico 1 – Cor autodeclarada



**Guilherme R. Passamani, Alexandre Meira de Vasconcelos, Marcelo Victor da Rosa, Renato Porfirio Ishii**



A tabela 3 e o gráfico 1 ilustram as questões referentes a cor/raça a partir da autodeclaração das pessoas que participaram da pesquisa. Não havia qualquer direcionamento para as respostas. Apenas fora perguntado sobre qual cor/raça a pessoa se identificava. As categorias acima apresentadas são o resultado na totalidade das respostas dadas. No entanto, logo depois, era perguntado às pessoas em qual cor/raça ela se enquadrava, segundo as classificações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Obtivemos, assim, o seguinte quadro de respostas:

Tabela 4 – Cor/raça de acordo com IBGE

<b>Cor autodeclarada</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
branca	132	43,6%
parda	113	37,3%
preta	44	14,5%
NS/NR	6	2,0%
amarela	5	1,7%
indígena	3	1,0%
<b>Total geral</b>	<b>303</b>	<b>100,0%</b>

A partir da classificação do IBGE, há uma pequena variação no percentual de respondentes que se classificam com a cor branca. Ele oscila de 42,5% para 43,6%. Já as categorias parda e preta são as que sofrem as maiores variações percentuais entre as respostas autodeclaradas e do IBGE. Parda oscila 6% para mais e preta 10% para mais. As opções crômicas apresentadas pelo IBGE são bem mais restritas. Em vista disso, categorias como “negra” e “morena”, que apareceram muito nas respostas, precisam se enquadrar nas “cores oficiais”.

Para conseguir empreender algumas comparações, é preciso revistar alguns dados gerais do último Censo Demográfico Brasileiro 2010, realizado pelo IBGE (2012). Naquele momento, o estado de Mato Grosso do Sul apresentava 47,3% de pessoas que se declaravam da cor branca, 4,9% da cor preta, 43,6% da cor parda, 1,2% da cor amarela e 3% se declaravam indígenas. Sobre a cidade de Campo Grande, o último censo apontava que 50,6% se declaravam da cor branca, 5,4% da cor preta, 41,5% da cor parda, 1,8% da cor amarela e 0,7% se declaravam indígenas. É possível que nos últimos nove anos estes números tenham sofrido alterações, quem sabe até, significativas, mas eles são as estatísticas oficiais mais atualizadas. Como dissemos acima, mais de 90% das pessoas entrevistadas, durante a parada, disseram ser de Campo Grande. Em vista disso, vamos nos concentrar na comparação de nossos números com os números obtidos pelo IBGE para a cidade de Campo Grande.

Os percentuais referentes a amarelos e indígenas sofrem variações pequenas entre os dados do IBGE e os dados que conseguimos apurar na parada. No entanto, as outras categorias: branca, preta e parda sofrem alterações significativas. As pessoas da cor branca oscilam de 50,6% nos dados do IBGE para 43,6% em nossa pesquisa. A cor preta sofre um aumento drástico em relação aos dados do IBGE, ela vai de 5,4% no último censo para 14,5% em nossa pesquisa. Já a categoria parda, em nossa pesquisa alcança o índice de 37,3% enquanto o censo apontava 41,5%. Estas mudanças podem ter ocorrido intracategorias, a partir de uma nova compreensão sobre si, mas também pode

ser resultado de processos sociodemográficos, migratórios, etc. Precisariamos nos deter com maior vigor para compreendê-lo. No entanto, é significativo o percentual de pessoas da cor parda e, sobretudo, o aumento de quase 10% de pessoas que se identificam como pretas em um estado e em uma cidade cuja influência sulista, heroica e mítica, se faz presente, prática e simbolicamente, em diferentes instâncias da vida social. A branquitude, e a busca por ela, quem sabe, é um destes elementos.

Para ampliarmos a discussão, por exemplo, no campo da educação, percebe-se um contexto bastante racializado em Mato Grosso do Sul. Eugênia Marques (2017) pesquisou as dificuldades encontradas por 572 profissionais ligados/as à educação escolarizada no estado. Seus resultados apontam que, apesar de existir a discriminação racial, essa é naturalizada, pois o silêncio dos/as profissionais da escola reforça a branquitude e revela o lado perverso, porém sutil, da indiferença e invisibilização dos/as alunos/as negros/as. Quando não se problematiza a norma, essa produz o sujeito anormal. Dessa forma, como já mencionamos, a diferença gera desigualdades.

É preciso dizer que o debate sobre cor/raça no Brasil é longo, complexo e sobre ele não há consenso. Em vista disso, não é nosso objetivo esgotá-lo aqui. No entanto, como uma categoria de articulação que produz um marcador social da diferença muito significativo na sociedade brasileira, é preciso tentar compreender as manipulações que algumas pessoas fazem com estas categorias objetivando desviar do racismo estrutural que organiza a sociedade brasileira, bem como buscar, quem sabe, algum tipo de embranquecimento porque junto dele poderia haver uma salvaguarda da discriminação racial.

Kabengele Munanga (2003) nos ajuda a compreender como a ideia de raça foi sendo alterada ao longo da história até chegarmos ao entendimento atual. De uma intrincada relação com as ciências naturais, acabara por dividir a humanidade em três grandes grupos (pretos, brancos e amarelos). No entanto, como adverte o autor, o conceito de raça não é uma realidade biológica, mas um conceito hierarquizante, uma tentativa de relacionar o biológico com qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais. Ou seja, ele transforma-se em uma referência, puramente, ideológica.

Sociologicamente falando, a raça esconde uma relação de poder e dominação, a constituição de categorias sociais “dominantes” e “excluídas”. Nesse sentido, esse processo leva à constituição de uma crença marcada a partir de desigualdades que seriam essenciais. E isso é bastante questionável, uma vez que não são as desigualdades essenciais, mas as diferenças. Ocorre que aqui não estão sendo questionadas as diferenças em si (biológicas/culturais, etc), mas os valores e as hierarquias que são incorporados às diferenças (BRAH, 2006). Brancos e pretos são diferentes. Mas só se tornam desiguais quando valora-se positivamente os brancos e negativamente os negros. Essa dimensão não reside na natureza, na essência, na biologia. Aliás, o debate pós-estruturalista, por exemplo, questiona, inclusive, a existência da essência e da natureza como pré-discursivos (BUTLER, 2003). Portanto, ela, a desigualdade, é construída pelo olhar da cultura ao buscar uma suposta justificativa para as diferenças que estruturam as sociedades.

O Brasil, como sabemos, tem uma longa tradição de desrespeito às pessoas

**Guilherme R. Passamani, Alexandre Meira de Vasconcelos,  
Marcelo Victor da Rosa, Renato Porfirio Ishii**



não brancas. Os lugares a elas relegados são, reiteradamente, percebidos como desvantajosos e subalternos. Sem dúvidas, uma herança dos quase 400 anos de escravidão, ainda em suspenso e não resolvidos no imaginário brasileiro (Souza, 2015). Os reflexos dessa tradição aparecem na 18ª Parada.

A cidade de Campo Grande é, “essencialmente”, “branca”, sobretudo se a observarmos a partir da lente de classe. Os/as “donos/as”, os/as “doutores/as”, os/as “patrões/as”, os/as “senhores/as”, eles/as são todos/as brancos/as. A despeito de ser conhecida pelo apelido de “cidade morena”, os/as “morenos/as” não constituem a parcela mais exaltada da cidade. Não obstante um passado idílico, romântico e associado às belezas naturais e rústicas do pantanal e do pantaneiro. Algo em constante aproximação, mas, desejada e praticamente, distante. Ainda que os/as “morenos/as” sejam muito significativos percentualmente.

Trata-se aqui do clássico caso de maiorias demográficas que constituem minorias sociais. Os/as “negros/as” e “morenos/as” de Campo Grande, que estavam na parada (pretos e pardos do IBGE) em um contingente superior a 50%, ainda estão longe de ocupar espaços privilegiados. A visibilidade desses sujeitos, no centro da cidade, em momentos de lazer e entretenimento, ocorre de forma esporádica, como na parada, junto a outros sujeitos racializados a partir de marcadores subalternizantes. Pretos e pardos, junto a “outros sociais”, formam uma mesma grande categoria nomeada por Achille Mbembe como o “devir negro do mundo” (2017)<sup>5</sup>.

Victor Paiva (2019) aproxima a discussão de cor/raça com homossexualidade e nos provoca a pensar essa intersecção a partir da frase “além de preto, é viado?” (p. 154). Sabemos que as categorias de articulação não devem ser somadas, mas para além dessa premissa teórica, temos aqui o discurso de ódio no qual tanto a negritude quanto a homossexualidade são consideradas em sua negatividade e reprovação, constituindo um sujeito “bicha preta”.

Para esse autor, se o sujeito homossexual fora marcado, em seus primórdios, pelo discurso médico, como uma anormalidade, algo como um pervertido sexual, que não doma seus instintos, o negro, também fora, e, quem sabe ainda é, hipersexualizado por um lado e por outro considerado, porque “animalizado”, potencialmente, violento e violador. Quando esses dois pressupostos se encontram na mesma pessoa, o perigo para uma sociedade conservadora, branca e heterossexual, está posto.

Vinicius Zanoli (2015), em sua dissertação de mestrado, investigou questões políticas do movimento LGBT de Campinas/SP. Ele nos apresenta sua interlocutora Fernanda, uma mulher negra caminhoneira (referência à profissão e à sua performance como lésbica). Além desses adjetivos, Fernanda se considera uma mulher que “pisa forte”, tanto que rompeu com o grupo a que pertencia por considerar esse um grupo elitizado, que não valorizava os/as LGBT negros/as da periferia.

---

5 Para Mbembe (2017), vivemos um tempo (neoliberalismo) em que as ações “desumanizadas” infringidas aos negros em séculos anteriores agora estariam se generalizando a todos aqueles que não fazem parte de uma suposta norma do sistema, constituindo assim uma “humanidade subalterna”, a qual ele entende estar em vista de se tornar “negra”, porque, cada vez mais, alijada de liberdade e igualdade, independente, da cor de sua pele.



Em uma passagem da dissertação, Zanoli conta que os/as negros/as que participavam do grupo em questão tinham dificuldade de acesso à internet e que essa dificuldade não era observada pelos/as integrantes não periféricos/as, quase sempre brancos, o que provocava um silenciamento dos/as LGBT negros/as pobres. Em sua tese de doutorado, Zanoli (2019) aprofunda as conexões entre cor/raça, sexualidade, gênero e classe ao investigar o coletivo LGBT negro e periférico Aos Brados e nos mostra a importância de se investigar a população LGBT para além das relações entre gênero e sexualidade, evidenciando a centralidade do marcador cor/raça ali, por exemplo.

### **Bairros, Regiões e seus Sujeitos**

Uma questão que analisamos e está em diálogo com cor/raça, acima discutidas, é referente à região de moradia das pessoas nos diferentes bairros da cidade. Como nos adverte a geografia, especialmente as geografias feministas, tão aplicadas em mostrar como gênero e sexualidade são implicados pela noção de espaço, região, território e lugar, não podem ser ignoradas as intersecções entre esses marcadores sociais da diferença. Há tensões e paradoxos na construção dos sentidos para os diferentes sujeitos (ROSE, 1993).

Nem todas as pessoas entrevistadas responderam esta questão. No entanto, o quantitativo de respostas, 229, nos permite algumas aferições. Para tanto, aproximamos os bairros a partir de regiões da cidade, com base no Perfil Socioeconômico de Campo Grande (2017), desenvolvido pela Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (PLANURB). A tabela 5 mostra a renda dos/as respondentes, o bairro, a região da cidade e a frequência de resposta. É preciso destacar, desde já, que há variações de rendimento nominal per capita em bairros de uma mesma região, segundo os dados da PLANURB, indicador que nos serve de subsídio aqui.

Tabela 5 - Renda dos/as respondentes de Campo Grande-MS por bairro onde reside

<b>Bairro</b>	<b>Região</b>	<b>Frequência</b>	<b>Rendimento nominal médio mensal da população [per capita] (R\$)</b>
Vila Nasser	Segredo	12	805,13
Nova Lima	Segredo	11	500,70
Universitário	Bandeira	11	659,91
Aero Rancho	Anhanduizinho	9	583,81
Centro	Centro	9	3.181,15
Pioneiros	Anhanduizinho	9	741,37
Santo Amaro	Imbirussu	9	906,82
Nova Campo Grande	Imbirussu	8	656,83
Rita Vieira	Bandeira	8	903,25
Tijuca	Lagoa	8	664,84
Monte Castelo	Segredo	7	1.180,68
Parati	Anhanduizinho	7	895,89

**Guilherme R. Passamani, Alexandre Meira de Vasconcelos, Marcelo Victor da Rosa, Renato Porfirio Ishii**

**Pobres, Pretos/as, Periféricos/as, Jovens e em Escolarização: A Constituição dos Sujeitos da 18ª Parada da Cidadania LGBT de Campo Grande/MS**

Tiradentes	Bandeira	7	998,31
Guanandi	Anhanduizinho	6	707,33
Jardim Centro Oeste	Anhanduizinho	6	514,36
Alves Pereira	Anhanduizinho	5	616,83
Leblon	Lagoa	5	903,58
Jardim Paulista	Bandeira	4	1.270,05
Lageado	Anhanduizinho	4	422,94
Moreninha	Bandeira	4	583,28
Noroeste	Prosa	4	338,81
Novos Estados	Prosa	4	894,64
Piratininga	Anhanduizinho	4	744,88
Vila Sobrinho	Imbirussu	4	1.366,84
Amambaí	Centro	3	1.421,28
Coronel Antonino	Segredo	3	816,67
Dr. Albuquerque	Bandeira	3	948,99
Estrela Dalva	Prosa	3	609,50
Jockey Club	Anhanduizinho	3	856,00
Los Angeles	Anhanduizinho	3	442,38
Mata do Jacinto	Prosa	3	1.065,11
Panamá	Imbirussu	3	855,56
Tarumã	Lagoa	3	564,22
Taveirópolis	Lagoa	3	1.389,25
Batistão	Lagoa	2	625,30
Caiobá	Lagoa	2	375,23
Chácara Cachoeira	Prosa	2	4.344,48
Coophavila II	Lagoa	2	702,63
Mata do Segredo	Segredo	2	504,11
Monte Líbano	Centro	2	2.052,36
Planalto	Centro	2	1.571,77
São Conrado	Lagoa	2	481,97
Taquarussu	Anhanduizinho	2	1.035,94
União	Lagoa	2	849,37
Bela Vista	Centro	1	3.189,42
Cabreúva	Centro	1	1.219,21
Caiçara	Lagoa	1	958,91
Carandá Bosque	Prosa	1	3.222,68
Jardim América	Anhanduizinho	1	1.128,01
Jardim Centenário	Anhanduizinho	1	662,46
Jardim dos Estados	Centro	1	3.996,73
Jardim Seminário	Segredo	1	1.015,85
Parque Maria Ap. Pedrossian	Bandeira	1	1.033,73
Popular	Imbirussu	1	511,13
Vila Bandeirantes	Lagoa	1	1.447,41
Vila Carlota	Bandeira	1	1.251,07
Vila Carvalho	Centro	1	1.223,09
Vila Glória	Centro	1	1.749,49

**Guilherme R. Passamani, Alexandre Meira de Vasconcelos, Marcelo Victor da Rosa, Renato Porfirio Ishii**



A partir dos dados da Tabela 5, agrupando as respostas em regiões da cidade de Campo Grande, chegamos ao seguinte resultado em relação à origem das pessoas: 26,1% do Anhanduizinho, 17% do Bandeira, 15,8% do Segredo, 13,5% da Lagoa, 11% do Imbirussu, 9,2% do Centro e 7,4% do Prosa. Apenas 6,1% dos respondentes residem nos bairros mais ricos do Centro e do Prosa, um total de 14 pessoas. De maneira geral, a amostra é bastante fragmentada. No entanto, quando se olha de maneira mais regionalizada, há uma predominância das áreas mais pobres e distantes do centro da cidade, tais como a região do Anhanduizinho, Bandeira e Imbirussu, onde o rendimento nominal médio não chega a R\$1.000,00 (Hum Mil Reais) na maior parte dos bairros.

É preciso dizer que o espaço público é, apenas aparentemente, democrático e estes dados mostram isso, mesmo que haja uma preliminar pulverização em termos de bairros de origem das pessoas que participaram da pesquisa. O espaço público não é um dado objetivo e isolado. Ele é atravessado por outros marcadores sociais da diferença, na mesma medida que os atravessa. A norma constitui o espaço e o espaço constitui a norma. Há uma relação de mão dupla que faz com que ele reproduza, muitas vezes, as hierarquias que são percebidas, por exemplo, a partir da heteronormatividade. Insistimos que o espaço público é inóspito, como dissemos antes, a boa parte das pessoas. Uma classe média, escolarizada, branca e bem-nascida é muito “bem-tratada” no centro da cidade<sup>6</sup>, como podemos constatar, de modo específico para Campo Grande, na pesquisa de Guilherme Passamani, Marcelo Rosa e Tatiana Lopes (2020), em que relatam o processo de biopolítica empreendido pela prefeitura municipal com o projeto Reviva Campo Grande. Esse projeto revitalizou todo o centro da cidade para se tornar um grande “shopping a céu aberto”, mas, para isso, o centro precisou passar por um processo de “higienização”, pois, para garantir a segurança e motivação de consumidores/as, alguns sujeitos, nessa nova arquitetura, não tinham mais espaço no centro. Isso se aplicou, principalmente, àqueles/as ligados/as à prostituição, às drogas e aos em situação de rua.

Os outros, os centros urbanos se preparam para pessoas que são compreendidas como potenciais consumidoras do centro em si, bem como dos seus diversos equipamentos comerciais. Isso, em uma sociedade marcada profundamente pela desigualdade social, com ênfase para a hierarquização de classe, como a sociedade brasileira – e campo-grandense, em especial – atinge vasta parcela das pessoas, sobretudo aquelas não-brancas, pobres, periféricas, não escolarizadas. É como se o consumo não fosse um processo que as incluísse, mesmo que este conjunto da população (devido a seu quantitativo) seja aquele que faz, efetivamente, a roda da economia brasileira girar. Nas palavras de França (2007, p. 250): “[...] o mercado segmentado relacionado à sexualidade tende a excluir sujeitos que não são tidos como consumidores, ou que não são tidos como consumidores de produtos específicos”.

No entanto, os sinais de que elas são indesejadas em tais espaços são, sutil e

6 Isadora França (2015) em sua pesquisa sobre um festival gay global realizado em Barcelona/Espanha reforça nosso entendimento que o consumo em práticas de lazer para as pessoas LGBT é marcado pelas diferenças. Entre elas, classe. O privilégio recai em especial à classe média, que tem priorizado essa dimensão da vida e, com isso, recebido dos/as empresários/as o foco dos seus investimentos.



perversamente, dados. Claro, quando se trata de lazer e consumo. Estes sujeitos são desejados, no entanto, na condição de subalternos, de trabalhadores/as em ocupações pouco qualificadas. A parada, então, é só mais um outro momento em que estas diferenças, hierarquizadas, não devem ser visibilizadas, mas não podemos esquecer que:

Vale sublinhar, porém, a importância que as atividades de lazer, relacionadas ao consumo, adquirem, na maneira como as pessoas organizam seu 'tempo livre' e estabelecem relações sociais, procurando acessar – ou produzir - um lugar confortável para si mesmas. É preciso, ainda, destacar que, se espaços de lazer são comumente tidos como espaços de liberdade em oposição à casa, à escola, ao trabalho ou ao ambiente familiar, neste caso também figuram como espaços em que se pode viver a dimensão do afeto e do desejo (FRANÇA, 2013, p. 158)

França, assim, nos mostra como estes espaços, mais públicos, ganham novos contornos e flexibilizam um pouco a dicotomia casa/rua apresentada pelos textos generalistas de Roberto DaMatta (1979). Por outro lado, os dados trazem à tona, uma permanência do Brasil, já referida pelo mesmo DaMatta: é possível apontar a permanência de uma hierarquização da sociedade em termos de classe. Vemos os espaços públicos do centro da cidade como mais convidativos àqueles que residem em seu entorno ou dispõem de facilidades para acessá-lo. A população LGBT, assim, não está imune a um quadro grave de desigualdade social que atravessa e constitui a sociedade brasileira.

### **Escolarização, Relacionamentos e Família**

Outro dado chamou a atenção: mais da metade das pessoas que participaram da pesquisa (54%) tem ensino médio completo e estão cursando o ensino superior. Aqui aparece algo interessante: o começo da democratização do acesso às universidades, sejam elas públicas ou privadas. O público é trabalhador, mora nas periferias da cidade, não é rico, mas está estudando. Esse suposto “empoderamento” desta parcela da população a encorajaria, inclusive, a ir à praça pública reivindicar mais direitos.

Há uma intersecção entre diversos marcadores sociais da diferença, que produzem um novo tipo de sujeito político: jovem, escolarizado, periférico, pobre ou de classe média, não necessariamente branco. Esse é o sujeito que surge no cenário brasileiro a partir dos últimos governos progressistas (2003-2016) por meio dos programas de transferência de renda e dos investimentos significativos em educação. Trata-se de um segmento social que não era visível e agora torna-se presente na cena pública. Ainda há exclusão, por óbvio. Uma pergunta recorrente: mas e as bichas pobres e não escolarizadas? A parada é um evento elitista? São perguntas simples, mas que exigem respostas complexas e que talvez não tenhamos todos os elementos. Mas algumas pistas.

Podemos cruzar estes resultados com outra questão que já aparece nos primeiros dados apontados pela estatística descritiva: os relacionamentos afetivos como projetos de vida. Ao associarmos esta variável, com a

**Guilherme R. Passamani, Alexandre Meira de Vasconcelos,  
Marcelo Victor da Rosa, Renato Porfirio Ishii**

**Pobres, Pretos/as, Periféricos/as, Jovens e em Escolarização: A Constituição dos Sujeitos da 18ª Parada da Cidadania LGBT de Campo Grande/MS**

escolarização, foram produzidos resultados que evidenciam rupturas e permanências diante da ideia de constituição de família, aparentemente tão cara à sociedade brasileira, marcada pelo cristianismo. Mais da metade (51%) das pessoas entrevistadas declarou que não está em relacionamento afetivo algum (Tabela 6). As demais responderam estar namorando (20%), casado (16%), ficando (9%) ou outras respostas (4%). Com relação à vida familiar, 82% declararam que vivem só em sua residência e destes, cerca de 62%, não têm o nível superior completo.

A Tabela 6 nos dá elementos para refletir sobre atravessamentos de uma heterossexualidade compulsória (RICH, 2010), que produz a heteronormatividade (MELLO, 2012), e, em grande medida, é pedagogicamente, ensinada e absorvida pelas pessoas LGBT (PINHO e PULCINO, 2016). No entanto, isso não se produz de maneira linear. O modelo familiar hegemônico, ainda ensinado e desejado como projeto de vida pela sociedade em geral, é nuclear, no entanto há algumas rupturas e transformações. Vejamos:

Tabela 6 – O grau de escolaridade e como vivem os/as respondentes em termos de relacionamentos afetivos e moradia

Escolaridade	Relacionamento afetivo			%	Mora Sozinho/a	%
	Possui	Não possui	Total			
ensino fundamental incompleto	8	1	9	3%	7	2%
ensino fundamental completo	1	3	4	1%	4	1%
ensino médio incompleto	28	20	48	16%	40	13%
ensino médio completo	37	41	78	26%	64	21%
ensino superior incompleto	44	39	83	27%	74	24%
ensino superior completo	21	22	43	14%	32	11%
especialização incompleta	3	4	7	2%	3	1%
especialização completa	4	7	11	4%	10	3%
mestrado incompleto	3	3	6	2%	6	2%
mestrado completo	3	3	6	2%	5	2%
doutorado incompleto		3	3	1%	2	1%
doutorado completo	1		1	0%		0%
NS/NR	3	1	4	1%	2	1%
Total Geral	156	147	303	100%	249	82%

Berenice Bento (2012) nos ajuda a compreender porque 82% das pessoas entrevistadas vivem sozinhas, mesmo que 51,5% possuam um relacionamento afetivo. Para a autora, a ideia e configuração de família no Brasil está

**Guilherme R. Passamani, Alexandre Meira de Vasconcelos, Marcelo Victor da Rosa, Renato Porfirio Ishii**

mudando, embora ainda exista a concepção nuclear, novas possibilidades co/existem. Quando pesquisou as masculinidades, percebeu o que chamou de ideologia do individualismo, na qual homens sozinhos vivenciam, a partir de processos dolorosos, a vida solitária. Com transexuais e travestis esse processo é mais violento e excludente, visto que, de forma recorrente, suas histórias são marcadas pelo abandono, desamparo e humilhação. Para os homens cis, o que pesa é a identidade sexual, já para transexuais e travestis é a identidade de gênero, frisa a autora. Porém, existem linhas de fuga, resistência, e, viver só pode ser lido de uma outra forma, pois como argumenta Bento (2012, p. 280), “a tese segundo a qual a família é uma estrutura a-histórica e que os sujeitos são aquilo que suas famílias programaram não considera a autonomia do sujeito em fazer leituras singulares sobre as relações que o cercam”.

Berenice Bento (2012) capta um dos princípios do moderno movimento homossexual, no final dos anos de 1960, que serve de inspiração para a mobilização LGBT atual, uma crítica da radicalização em relação à norma heterossexual aplicada às pessoas LGBT de então. O que isso quer dizer? Quer dizer que não estava no radar daquele movimento buscar uniões monogâmicas, constituir famílias nucleares, gerar filhos/as, enfim, enquadrar-se em um jeito de ser heterossexual, só que a partir de outra orientação sexual. Pelo contrário, eram, justamente, esses pilares da sociedade “cristã ocidental” alguns dos mais criticados e cujos comportamentos de “modernos homossexuais” visavam enfrentar e apresentar alternativas, o que sofre duros reveses em seus “estilos de vida” depois da pandemia de hiv/aids (MELLO, 2005; MECCIA, 2011).

Chama a atenção, então, que 82% das pessoas entrevistadas vivam sozinhas, mesmo que estejam em relacionamentos amorosos mais duradouros. Há aqui uma questão interessante que é o afastamento da família de origem, em grande medida em função da orientação sexual e da identidade de gênero, pois há pesquisas que mostram o fenômeno contrário em relação a filhos/as heterossexuais. Os/as filhos/as heterossexuais estão ficando, cada vez mais, na casa dos pais, até bem depois dos 30 anos e do estabelecimento de uma vida financeira estável. Com uma parcela da população LGBT isso dificilmente acontece (ERIBON, 2008; 2015). Especialmente, se tomarmos por base transexuais e travestis, a saída de casa é um processo que ocorre muito cedo, ainda na adolescência e, quase sempre, com escolarização precária e sem qualquer ocupação formal.

Sobre os vínculos amorosos, há um equilíbrio entre as pessoas que foram entrevistadas e isso se mantém mesmo entre as pessoas com ensino superior incompleto ou mais. Tal dado pode nos mostrar como é significativo, ainda, entre nós, a pedagogia do amor romântico, monogâmico, de orientação cristã (GIDDENS, 1993). Inclusive, isso nos parece importante salientar, porque em uma sociedade que preza pela organização familiar monogâmica, uma vida orientada por outra lógica, que não essa, estaria na chave da impureza, da devassidão, da sujeira. Assim, aproximar-se da norma é aproximar-se de algum conforto, segurança, limpeza. No caso da população LGBT, talvez, isso também poderia representar não ser alvo direto de LGBTfobia, e, de alguma forma, fugir do estereótipo comumente associado a esta população.

### **Considerações Finais**

Nesta pesquisa, mapeamos o perfil sociológico do público participante da 18ª Parada da Cidadania LGBT de Campo Grande/MS, realizada no ano de 2019, na intenção de conhecer os/as participantes desse importante evento político, mas também festivo. Além de evidenciar uma maior visibilidade aos sujeitos LGBT, nosso esforço foi o de articular os marcadores sociais da diferença presentes no instrumento de pesquisa para com isso compreender a constituição dos sujeitos ali presentes.

Nosso entendimento é que tais marcadores não são sobrepostos um em relação ao outro, nem, tampouco, um apresenta uma centralidade nas análises. Contudo, não podemos negar que a Parada da Cidadania tem como foco sujeitos LGBT e a luta histórica por direitos e condições dignas para essas pessoas.

Como resultados desta pesquisa, é possível constatar uma maior presença de homens, que se consideram gays ou homossexuais, seguidos de pessoas que se consideram bissexuais e, como referimos acima, uma pouca participação de travestis e transexuais. A presença de bissexuais é vista como algo relevante na medida em que tais sujeitos borram a forma binária de entendimento da sexualidade (heterossexualidade – homossexualidade), além de visibilizar uma categoria, até hoje, bastante invisível na população LGBT. Entretanto, a pouca presença de travestis e transexuais, que também borram outras formas binárias e desnaturalizam as relações de gênero e sexualidade, é algo a se pensar quando da mobilização para as próximas paradas em Campo Grande, aliás organizadas por uma associação de travestis e transexuais.

Outro resultado destacado é a prevalência de jovens. Isso pode demonstrar o quanto a nossa sociedade valoriza a juventude em detrimento da velhice, ou de outros momentos do curso da vida. Pensar no marcador geração articulado, por exemplo, à sexualidade abre um leque de análises no sentido de perceber que o desejo, em certa medida, é capturado por um padrão corporal (definido, musculoso, magro, jovem) considerado distante dos/as velhos/as. Aliado a isso, temos também, que, muitos destes sujeitos, em termos de cor/raça, são pretos/pardos. Na parada, quando conjugados (pretos e pardos), eles são a maioria, embora o maior percentual, isoladamente, seja o de pessoas brancas. Percebemos uma contradição quando aproximamos a autodeclaração mencionada com a classificação do IBGE indicada pelos mesmos sujeitos. Em certa medida ainda existe uma estratégia pela busca da branquitude, ou de um embranquecimento, que representa, no Brasil, um lugar de maior segurança e expectativa de melhores oportunidades. O que pode ajudar a escancarar a permanência do racismo estrutural que constituiu a sociedade brasileira.

Entre as pessoas respondentes de nossa pesquisa, a maior parte delas possui ensino médio completo e um número significativo está cursando o ensino superior. Vimos com entusiasmo esse dado, pois a educação, aliada, por exemplo, às políticas de ações afirmativas de cor/raça, classe social e gênero apontam para um cenário diferenciado de oportunidades no mundo do trabalho, apesar de que no atual governo nacional, ultraconservador, tais ações estejam sendo combatidas e desmontadas. Por fim, mas não menos importante, os sujeitos pesquisados, em sua maioria, residem em bairros mais pobres da

**Guilherme R. Passamani, Alexandre Meira de Vasconcelos,  
Marcelo Victor da Rosa, Renato Porfirio Ishii**

cidade. Mesmo com um avanço na categoria escolarização, isso não foi o suficiente para que os sujeitos LGBT transitassem para bairros mais “nobres” da cidade, o que pode indicar uma permanência a sua classe social de origem. Há mudanças, mas elas não seriam estruturais.

Dessa forma, esta pesquisa, a partir da estatística descritiva, nos ajuda a compor sujeitos que participaram da 18ª Parada da Cidadania LGBT de Campo Grande e Show da Diversidade, realizados em setembro de 2019. Estes primeiros dados, produzidos e analisados, ainda que não cruzados com outras variáveis, mas já articulados entre si, revelam muitas pistas da importância da Parada, para a população LGBT e seus/suas aliados/as, como estratégia de resistência, visibilidade, ação política e festa, sem contar em subsídio relevante para a formulação de políticas públicas para essa população.

### **Referências**

Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano - **Perfil Socioeconômico de Campo Grande**. Campo Grande: Instituto Municipal de Planejamento Urbano, 2017.

AGRESTI, Alan; FINLAY, Barbara. **Métodos estatísticos para as ciências sociais**. Porto Alegre: Penso Editora, 2012.

BASSIT, Ana Zahira. O curso de vida como perspectiva de análise do envelhecimento na pós-modernidade. In: DEBERT, Guita Grin; GOLDSTEIN, Donna M. (orgs.). **Políticas do corpo e o curso da vida**. São Paulo: Mandarim, 2000, p. 2017 – 234.

BAZÁN, Osvaldo. **Historia de la homosexualidad en la Argentina**. De la conquista de América al Siglo XXI. Buenos Aires: Marea, 2006.

BENTO, Berenice. As famílias que habitam "a família". **Sociedade e Cultura**, v. 15, n. 2, p. 275-283, 2012.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, v. 26, p. 329 -376, 2006.

BRIGEIRO, Mauro. **Rir ou chorar? Envelhecimento, sexualidade e sociabilidade masculina**. 2000. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva), Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRARA, Sérgio. **Política, direitos, violência e homossexualidade**. Pesquisa. 9ª Parada do Orgulho GLBT – São Paulo 2005 Rio de Janeiro: CEPESC, 2006.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R. B. "Tá lá o corpo estendido no chão...": a violência letal contra travestis no Município do Rio de Janeiro. **Physis: Rev. Saúde Coletiva**, v. 16, n. 2, p. 233 – 249, 2006.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuições para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, v. 14, n. 2, p. 319 - 351, 2013.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DEBERT, Guita. **A Reinvenção da Velhice**: socialização e processos de privatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

DEBERT, Guita Grin. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horizontes antropológicos**, v. 16, n. 34, p. 49 - 70, 2010.

DUQUE, Tiago. **Gêneros incríveis: identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por**. 2013. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unicamp, Campinas, São Paulo.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

ERIBON, Didier. **Regreso a Reims**. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2015.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina. "Não faz mal pensar que não se está só": estilo, produção cultural e feminismo entre as minas do rock em São Paulo. 01/2011, **Cadernos Pagu**, v. 36, p. 117 - 154, 2011.

FRANÇA, Isadora Lins. 'Made in Brazil': homossexualidade, diferença e desigualdade num circuito global de mercado. **Maguaré** (Universidad Nacional de Colombia), v. 29, n. 2, p. 143 - 173, 2015.

FRANÇA, Isadora Lins. Sobre "guetos" e "rótulos": tensões no mercado GLS na cidade de São Paulo. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 227 - 255, 2007.

FRANÇA, Isadora Lins. Espaço, lugar e sentidos: homossexualidade, consumo e produção de subjetividades na cidade de São Paulo. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 4, n. 2, p. 148 - 163, 2013.

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: FRY, Peter. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 87 – 115.

GAMBAROTTO, Paola. A idade que chega. A experiência do envelhecer em meio a novos discursos e imagens do envelhecimento. In. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos). Florianópolis: UFSC, 2013.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: EdUNESP, 1993.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: EDUNESP, 2000.

HENNING, Carlos Eduardo. Paizões, **Tiozões, Tias e Cacuras: Envelhecimento, Meia Idade, Velhice e Homoerotismo Masculino na Cidade de São Paulo**. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, p. 4 – 12, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. In: MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). (In)Visibilidade Trans 2. **História Agora**, v. 16, n. 2, p. 101 - 123, 2013.

LICCIARDI, Norma; WAITMANN, Gabriel; OLIVEIRA, Matheus Henrique Marques de. A discriminação de mulheres travestis e transexuais no mercado de trabalho. **Revista Científica Hermes - FIPEN**, v. 14, p. 201 - 218, 2015.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. A implementação da Lei nº 10.639/2003 no Estado de Mato Grosso do Sul e a formação continuada de professores: uma perspectiva emancipatória e decolonial. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 12, n. 23, p. 51 - 68, 2017.

MCDOWELL, Linda. **Gender, Identity and Place**. Understanding Feminist Geographies. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

MECCIA, Ernesto. **Los últimos homosexuales**. Sociología de la homosexualidad y la gaycidad. Buenos Aires: Gran Aldea Editores, 2011.

**Guilherme R. Passamani, Alexandre Meira de Vasconcelos, Marcelo Victor da Rosa, Renato Porfirio Ishii**



MELLO, Luiz. **Novas famílias**. Conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MELLO, Ricardo Pimentel. Corpos, heteronormatividade e performances híbridas. **Psicologia Social**, v. 24, n. 1, p. 197 – 207, 2012.

MORROW, Deana F. Gay, lesbian, and bisexual identity development. In: MORROW, Deana F., MESSINGER, Lori (orgs.). **Sexual orientation and gender expression in social work practice: working with gay, lesbian, bisexual, and transgender people**. New York, NY, Estados Unidos: Columbia University Press, 2006, p. 81 – 105.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03.

PAIVA, Cristian. Coroas e filhões: gênero, erotismo e geração em relações homossexuais masculinas. GT32 - Sexualidade e gênero: sociabilidade, erotismo e política. **35º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu-MG, 2011.

PAIVA, Victor Leitão de. Homossexuais negros na(s) história(s) do pós-abolição no Brasil: algumas provocações à luz do debate sobre as masculinidades negras. **Revista da ABPN**, v. 11, n. 30, p. 152 - 173, 2019.

PASSAMANI, Guilherme R. **O arco-íris (des)coberto**. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2009.

PASSAMANI, Guilherme R. **Batalha de confete** – Envelhecimento, condutas homossexuais e regimes de visibilidade no Pantanal-MS. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

PASSAMANI, Guilherme R; ROSA, Marcelo Victor da; LOPES, Tatiana Bezerra de Oliveira. Prostituição masculina e intersecções desejanteras nas ruas de Campo Grande (MS). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 103, p. 1 - 15, 2020.

PINHO, Raquel; PULCINO, Rachel. Desfazendo os nós heteronormativos da escola: contribuições dos estudos culturais e dos movimentos LGBTTT. **Educação e Pesquisa**, v. 42, n. 3, p. 665 – 681, 2016.

POCAHY, Fernando. **Entre vapores e dublagens**. Dissidências homo/eróticas nas tramas do envelhecimento. Salvador: Devires, 2017.

PRZYBYSZ, Juliana; SILVA, Joseli Maria. Pesquisar para transgredir: fazendo Geografias Feministas corporificadas. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 3, p. 51 - 62, 2019.



RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Revista Bagoas**, n. 5, p. 17 - 44, 2010.

ROSE, Gillian. **Feminism & Geography**. The limits of Geographical Knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.

SEFFNER, Fernando. **Derivas da masculinidade**. Representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2016.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. **Espaço e Cultura (UERJ)**, v. 27, p. 39 - 55, 2010.

SILVA, Felipe Cazeiro da; SOUZA, Emilly Mel Fernandes de; BEZERRA, Marlos Alves. (Trans)tornando a norma cisgênera e seus derivados. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, p. 1 – 12, 2019.

SIMÕES, Julio Assis. Homossexualidade masculina e curso da vida: pensando idades e identidades sexuais. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (orgs.). **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: LeYa, 2015.

ZANOLI, Vinícius Pedro Correia. **Fronteiras da política: relações e disputas no campo do movimento LGBT em Campinas (1995-2013)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Unicamp, Campinas, São Paulo.

ZANOLI, Vinícius Pedro Correia. **"Bradando contra todas as opressões!": uma etnografia sobre teias e trocas entre ativismos LGBT, negros, populares e periféricos (Campinas, 1998-2018)**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unicamp, Campinas, São Paulo.

Recebido em 23 de maio de 2020.

Aceito em 11 de outubro de 2020.

**Guilherme R. Passamani, Alexandre Meira de Vasconcelos,  
Marcelo Victor da Rosa, Renato Porfirio Ishii**